



# CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS

## ASSESSORIA JURÍDICA DO LEGISLATIVO PARECER JURÍDICO 136/2025 – PL 96/ 2025

Parecer jurídico ao projeto ao PL 66 de 2025 que “Dispõe sobre a alteração da Lei 1.857/2024, Lei Orçamentária Anual, e dá outras providências.”

### CONSULTA

Após solicitação do presidente desta Casa quando à legalidade do PLO 66 de 2025 de autoria do Executivo Municipal, vem a assessoria jurídica do legislativo emitir parecer jurídico.

### PARECER

Trata-se de matéria que visa majorar o percentual previsto na LOA, de 28% para 30%.

O artigo 44, inciso III, da Lei Orgânica Municipal de Bom Jardim de Minas confere ao Prefeito Municipal a competência privativa para a iniciativa de projetos de lei que tratem de matéria orçamentária. A proposta de alteração do percentual para abertura de créditos adicionais suplementares enquadra-se nessa competência, sendo legítima sua apresentação por parte do Executivo Municipal.

A Lei nº 4.320/1964, em seu artigo 43, §1º, inciso III, permite a abertura de créditos adicionais suplementares até o limite de 30% da despesa fixada na LOA, desde que haja recursos disponíveis para tanto. A Constituição Federal, em seu artigo 167, inciso II, também estabelece que a abertura de créditos suplementares deve respeitar os limites estabelecidos na LOA.

Portanto, a proposta de majoração do percentual para 30% está em conformidade com a legislação federal, desde que observados os limites de recursos disponíveis.

Cabe ressaltar que o TCE-MG possui entendimento consolidado de que, em regra, a autorização para abertura de créditos adicionais suplementares não deve ultrapassar 30% do valor do orçamento, pois percentuais mais elevados indicam falta de planejamento do gestor. Esse posicionamento foi reiterado em diversas decisões, como



# CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS

na Consulta nº 1110006, que destaca que percentuais superiores a 30% configuram desvirtuamento do orçamento-programa, evidenciando ausência de adequado planejamento por parte do gestor público.

Nesse sentido, destaco: CONSULTA. PREFEITURA MUNICIPAL. PRELIMINAR. ADMISSIBILIDADE. MÉRITO. INEXISTÊNCIA NO ORDENAMENTO JURÍDICO DE LIMITAÇÃO À SUPLEMENTAÇÃO DE CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS. IMPERIOSA OBSERVÂNCIA DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE, SOB PENA DE DESCARACTERIZAÇÃO DAS LEIS ORÇAMENTÁRIAS. REFERÊNCIA. 30% (TRINTA POR CENTO) SOBRE O TOTAL DO ORÇAMENTO. NECESSÁRIA AVALIAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO CONCRETO. 1. O ordenamento jurídico atual não estabelece expressamente limitação percentual à suplementação de créditos orçamentários durante o exercício financeiro, embora o princípio do planejamento imponha ao gestor e ao legislador que as alterações do orçamento sejam feitas sob a égide da proporcionalidade e da razoabilidade, sob pena de descaracterização das leis orçamentárias. **2. A adoção de uma baliza, como a de 30% (trinta por cento) sobre o total do orçamento, pode ser útil como referência para avaliação da proporcionalidade e da razoabilidade, sem prejuízo de as circunstâncias do caso concreto conduzirem a conclusões quanto à eventual irregularidade da suplementação, seja com percentuais superiores ou inferiores a essa baliza.**

Embora a legislação federal permita a abertura de créditos adicionais suplementares até 30%, o TCE-MG recomenda que esse percentual seja observado com cautela.

A autorização para abertura de créditos adicionais superiores a 30% deve ser justificada com base em planejamento orçamentário detalhado, evidenciando a necessidade real de suplementação e evitando a descaracterização do orçamento-programa.

Importa destacar que, em exercícios anteriores, quando da apreciação das contas anuais do Poder Executivo, esta Câmara Municipal emitiu recomendação expressa no sentido de que não fossem promovidas majorações recorrentes e sucessivas dos percentuais de suplementação autorizados na Lei Orçamentária. Tal orientação teve por finalidade preservar a autonomia e o controle orçamentário do Legislativo, evitando que



# CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS

---

o orçamento aprovado pela Casa fosse excessivamente modificado por meio de decretos de suplementação.

Além disso, buscou-se estimular o Poder Executivo a aprimorar seu planejamento orçamentário, de modo a reduzir a dependência de sucessivas alterações durante o exercício financeiro.

Importa ainda registrar que esta Casa Legislativa já apreciou e aprovou, recentemente, proposta encaminhada pelo Executivo que majorou o percentual de suplementação da Lei Orçamentária de 25% para 28%, alteração esta fundamentada, à época, na necessidade de adequação do planejamento financeiro municipal.

Contudo, após essa alteração, sobrevém nova proposição legislativa objetivando elevar novamente o limite, agora para o patamar máximo de 30%, o que demonstra uma tendência de ampliação sucessiva da margem de abertura de créditos suplementares dentro do mesmo ciclo orçamentário.

Tal circunstância exige maior cautela por parte do Legislativo, sobretudo porque o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais tem reiterado que percentuais sucessivamente elevados podem indicar insuficiência de planejamento orçamentário, além de potencialmente esvaziar o controle político e financeiro exercido pela Câmara Municipal sobre a execução da Lei Orçamentária Anual.

A majoração repetida, em curto intervalo, reforça a necessidade de o Executivo apresentar justificativa técnica detalhada, demonstrando que a suplementação adicional decorre de fatos supervenientes, imprevisíveis ou de necessidade devidamente motivada, a fim de não caracterizar flexibilização excessiva do orçamento, contrariando os princípios do planejamento, da economicidade, da razoabilidade e da transparência, consagrados tanto na Lei de Responsabilidade Fiscal quanto nas orientações do TCE-MG.

Ressalte-se, ademais, que a aprovação recente de aumento de 25% para 28% foi acompanhada de recomendações desta Casa, no sentido de evitar majorações periódicas que comprometam o equilíbrio entre a autonomia administrativa do Executivo e a função fiscalizadora do Legislativo. O novo pedido de ampliação, portanto, deve ser analisado à luz dessas recomendações já emitidas, preservando-se a coerência institucional e o dever de controle orçamentário.



# CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS

---

## CONCLUSÃO

Considerando o conjunto normativo aplicável, o entendimento do TCE-MG e, especialmente, as recomendações feitas por esta Câmara Municipal quando da apreciação das contas dos exercícios anteriores — no sentido de evitar majorações recorrentes do limite de suplementação — entende-se que a alteração proposta é formalmente legal, mas exige análise política sobre sua conveniência e aderência às diretrizes de planejamento e controle orçamentário adotadas pelo Legislativo.

Assim, este parecer manifesta-se pela legalidade, com ressalvas quanto à conveniência, recomendando que os vereadores avaliem a pertinência da alteração à luz das recomendações anteriormente expedidas.

Eis o parecer.

Bom Jardim de Minas, 03 de dezembro de 2025.

  
**Dra. Ana Clara Cirilo de Paula**

**OAB/MG 173.104**